

RECURSO

À Prefeitura Municipal de Arapiraca
Att : Comissão Permanente de Licitação

Assunto: **RECORRER CONTRA A SEGUNDA DECISÃO da Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Arapiraca** no certame referente a Concorrência nº 02/2021 cujo objeto é obras e serviços de construção de uma escola com 12 salas localizada no Bairro Batingas no Município de Arapiraca/AL.

Recorrente: Empresa CONSTRUTORA ALFA LTDA.

A Construtora ALFA LTDA vem através desta apresentar recurso à decisão supracitada que sugere, erroneamente, a mudança da acertada e correta decisão inicial da comissão de Licitação habilitando nossa empresa.

1.0 DA TEMPESTIVIDADE

O comunicado da decisão foi apresentado pela comissão de licitação no dia 19/11/2021, portanto dentro do prazo legal, segue nosso recurso no dia 22/11/2021, deste modo, dentro do prazo estabelecido em lei.

2.0 DAS ALEGAÇÕES DO RECURSO

A Comissão de Licitação, através da Revogação da ATA de Julgamento de Habilitação da Concorrência nº 02/2021, contesta sua própria decisão, no que diz respeito a habilitação da Construtora ALFA LTDA, para isso alega que, após 68 (sessenta e oito) dias de análise dos documentos, somente foi constatado no dia seguinte da decisão inicial que a empresa foi habilitada de forma equivocada. Por um fato que, claramente, cabia a realização de diligência, como foi feito com as outras empresas participantes deste certame.

Dito isto, vamos adiante então à análise da alegação da Comissão de Licitação.

3.0 ALEGAÇÃO DA COMISSÃO

3.1 Citado pela comissão: *“Considerando que hoje (dia 18/11/2021), constatamos que a empresa CONSTRUTORA ALFA LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 04.020.209/0001-78, foi habilitada de forma equivocada por esta Comissão de Licitação, uma vez que ela não apresentou os Termos de Abertura e Encerramento do Balanço Patrimonial, em descumprimento ao estabelecido em parte do subitem 7.1.4.2 do Edital.*

Considerando o dever-poder da Administração Pública de rever seus atos, quando estes se apresentarem, respectivamente, ilegais ou contrários à conveniência ou à oportunidade administrativa,

Av. Aureliano Luís Pereira nº 232, Anexo A, Centro, Feira Grande/AL

E-mail: c-alfa@hotmail.com

Recebido em
21/11/2021
Micheline

Diogo 22/11/2021
Micheline

devendo estar aliada ao atendimento do interesse público e revestidos dos princípios da impessoalidade, moralidade e probidade administrativa, dentre outros que. obrigatoriamente, deverão ser cumpridos por seus agentes públicos.

Considerando o enunciado da Súmula 473 do STF, que assim assentou:

Administração Pública - Anulação ou Revogação dos Seus Próprios Atos: A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação Judicial.”

A decisão final apresentada pela comissão, que se mostra contrária à sua decisão inicial, reavalia a análise da documentação de habilitação sem coerência. Fazendo apenas com que atrase este certame.

Inicialmente vale ressaltar a finalidade do termo de abertura e encerramento do livro, o qual surge no edital como caráter de Qualificação Econômico-financeira, através do item 7.1.4.2. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, devidamente protocolados e chancelados pela Junta Comercial da respectiva sede, inclusive com o Termo de Abertura, Termo de Encerramento e Notas Explicativas, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta, que tem como objetivo a validação das informações tidas no balanço patrimonial, afirmando que o mesmo corresponde devidamente com o que está apresentado no Livro Diário. Ou seja, não é função do termo de abertura e encerramento demonstrar se a empresa está qualificada financeiramente, essa informação somente poderá ser retirada através do balanço patrimonial e suas demonstrações contábeis.

Muito embora essa alegação, além de incoerente, não convém, pois a empresa apresentou o termo solicitado, cujo se encontra com a nomenclatura de Termo de Autenticação – Livro Digital. Nele, além de estar discriminado todos os dados da empresa, do sócio e identificação do Livro Diário, está expresso pela Junta Comercial de Alagoas a seguinte declaração:

“Declaro exatos os Termos de Abertura e de Encerramento do Livro Digital com características abaixo, conferido e autenticado por EDVALDO MAIORANO DE LIMA, sob a autenticidade nº 12103573249 em 20/05/2021, protocolo 210267534. Para validação de Autenticação dos Termos, deverá ser acessado o Portal de Serviços / verificação de documentos do Empreendedor (<http://www.facilita.al.gov.br>) e informar o código de verificação”

Deste modo, fica evidente que, se tratando da real finalidade dos termos de abertura e encerramento o qual somente assegura que as informações contidas no balanço patrimonial estão condizentes, é claramente possível extrair do termo de autenticação fornecido pela JUCEAL, para fins de qualificação econômico-financeira, a existência e veracidade do balanço patrimonial também apresentado.

Além do mais, é compreendido nas Disposições Gerais da INSTRUÇÃO NORMATIVA DREI/SGD/ME Nº 82, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2021, a qual institui os procedimentos para autenticação dos livros contábeis ou não dos empresários individuais, das empresas individuais de

responsabilidade limitada - Eireli, das sociedades, bem como dos livros dos agentes auxiliares do comércio, o seguinte texto:

“Art. 2º Serão submetidos à autenticação da Junta Comercial os termos de abertura e de encerramento de qualquer instrumento de escrituração que o interessado julgue conveniente adotar, segundo a natureza e o volume de seus negócios, inclusive, livros não obrigatórios.

§ 1º A autenticação da Escrituração Contábil Digital - ECD, por meio do Sistema Público de Escrituração Digital - SPED, desobriga qualquer outra autenticação, nos termos do § 2º do art. 78-A do Decreto nº 1.800, de 30 de janeiro de 1996.”

Desta forma é incontestável que, ainda que o documento não tenha sido apresentado de total forma a qual a comissão esperava receber, esse fato não afetaria a efetiva condição do licitante de comprovar sua qualificação econômico-financeira. Em suma o documento apresentado não parece ferir o conteúdo principal, o que torna viável sua aceitação fundamentada nos autos do procedimento licitatório para o fim de apontar a veracidade de demais documentos contábeis.

Destaca-se ainda que **em casos extremos** em que de fato exista a necessidade de esclarecimento quanto a documentos de teor duvidoso a lei permite a realização de diligências.

Isto posto, o que a comissão expôs não pode prosperar, pois o documento em questão foi apresentado e todas as exigências contidas no edital foram atendidas.

4.0 CONCLUSÃO GERAL

Sendo assim, pelas razões aqui apresentadas, embasadas e defendidas, apresentamos nosso recurso em desfavor da improcedente alegação manifestada pela comissão de licitação. Solicitamos ainda que seja mantida a decisão inicial desta comissão habilitando a empresa CONSTRUTORA ALFA LTDA.

Sem mais, nos colocamos a disposição para eventuais dúvidas que venham a surgir.

Feira grande – AL, 22 de novembro de 2021


DIOGO WALYSSON DOS SANTOS SILVA
Representante Legal



ESTADO DE ALAGOAS

NOTARIADO DO 2º OFÍCIO DE NOTAS E PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS
Rua Professor Domingos Rodrigues, nº 41 - Centro - Arapiraca - AL - CEP 57300-470
CNPJ: 12.489.720/0001-41 - Fone: (82) 3521-1414 - Cel./WhatsApp (82) 98208-1414
E-mail: cartoriodeprotestoarapiraca@gmail.com / cartorioal@bol.com.br
www.cartorio2oficioarapiraca.com.br

JOSÉ ANTÔNIO VERAS SOUSA FILHO
Tabelião Público

VALSANDY CAVALCANTI VERAS
Tabelião Substituto

LIVRO 184

FOLHAS 147

1º TRASLADO

PROCURAÇÃO PÚBLICA BASTANTE QUE FAZ: **CONSTRUTORA ALFA LTDA.** NA FORMA ABAIXO DEVIDAMENTE QUALIFICADA. Saibam quantos este público instrumento virem que no ano de dois mil e vinte e um (2021); aos quinze (15) dias do mês de junho do dito ano, nesta cidade de Arapiraca, do Estado de Alagoas, em meu cartório, perante mim Tabelião, compareceu como outorgante: **CONSTRUTORA ALFA LTDA, estabelecida na Rua Aureliano Luis Pereira, nº 232, Anexo A, bairro Centro, Feira Grande-AL, inscrita no CNPJ sob nº 04.020.209/0001-78; neste ato sendo representada por DIOGO WALYSSON DOS SANTOS SILVA, brasileiro, solteiro, empresário, residente na Rua Antonio Salu, nº 155, João Paulo II, nesta cidade, com CPF sob nº 716.963.864-97 e Identidade sob nº 35457643-SEDS-AL, Filho de Arli José dos Santos e Maria Aparecida da Silva, não possui endereço eletrônico, maior e capaz. Conforme documentos a mim apresentados, perante mim Tabelião, por ele me foi dito que por este público instrumento e nos termos de direito nomeia e constitui seu bastante procurador: O SRº TARLEY BATISTA BRUNET, brasileiro, solteiro, empresário, residente na Rua Cleto Marques Luz, nº 51, Bairro São Luis, nesta cidade, com CPF sob nº 132.158.934-44 e Identidade sob nº 41535430-SEDS-AL, Filho de Jose Tadeu Batista Brunet e Maria Gizelda Ferreira Brunet, endereço eletrônico: tarleybrunet@hotmail.com, maior, à quem confere poderes para o fim específico de gerir e administrar a firma supra citada, podendo movimentar as contas correntes sob o nº 7521-3, agência 4369-9 – Banco do Brasil S/A.; conta corrente nº 715-2, OP 003, agência 3209 – Caixa Econômica Federal, emitir cheques, autorizar cobrança, receber e dar quitação, solicitar saldos e extratos, requisitar talonários de cheques, autorizar débito em conta relativo a operações, retirar cheques devolvidos, assinar e endossar cheques, requisitar, receber e desbloquear cartão eletrônico, movimentar conta corrente com cartão eletrônico, sustar/contratar ordenar cheques, cancelar cheques, baixar cheques, efetuar resgates/aplicações financeiras, efetuar saques, cadastrar senhas, alterar senhas, desbloquear senhas, efetuar movimentação financeira, efetuar pagamentos por meio eletrônico, efetuar transferências por meio eletrônico, liberar arquivos de pagamentos no gerenciador financeiro, solicitar saldos e extratos de investimentos, solicitar saldos e extratos de operações de crédito, emitir comprovantes. Representá-la junto as Instituições Públicas Federais, Estaduais, Municipais, INSS ou qualquer de seus órgãos; participar de processos licitatórios, podendo realizar cadastro, assinar propostas, atas, recursos, contratos, ordens de recebimento e pagamento, gestão de contratos junto aos órgãos de todas as esferas Federal, Estadual e Municipal, de todas as modalidades; admitir e demitir empregados, fixar-lhes os respectivos salários, assinar contratos diversos pela empresa, contratos de trabalho e carteiras profissionais, comprar e vender mercadorias, também junto a RECEITA FEDERAL DO BRASIL, JUNTA COMERCIAL, MINISTERIO DO TRABALHO, PREFEITURAS MUNICIPAIS, SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA – SEFAZ, CORREIOS, formular documentos, protestar títulos e notas promissórias, autorizar débitos, transferência e pagamento, autorizar e conceder alteração nos vencimentos e valores de todos os títulos comerciais, dar e receber quitação, emitir comprovantes, assinar e requer o que for preciso, apresentar documentos, prestar esclarecimentos e outros. E de como assim o disse, dou fé, lavrei este instrumento que sendo-lhes lido aceitou, assinou e certifico que as partes dispensaram a presença de testemunhas de acordo com o artigo 215 do Código Civil Brasileiro. Eu, Jose Antonio Veras Sousa Filho, Tabelião, a digitei, dato e assino. Arapiraca, 15 de junho de 2021. (aa) **DIOGO WALYSSON DOS SANTOS SILVA. JOSE ANTONIO VERAS SOUSA FILHO.** Está conforme o original, dou fé, dato e assino em público e raso.....**

EMOLUMENTOS
PROCURAÇÃO
SELO: R\$ 28,86
TOTAL: R\$ 51,29



Poder Judiciário
Estado de Alagoas
Selo Digital de Notarial/Verde

ABT99581-ZBVL
Confira os dados do ato em:
<https://selo.tjaljus.br>

Arapiraca, 15 de junho de 2021

Em testemunho da verdade

Jose Antonio Veras Sousa Filho
Tabelião Interino



CARTÓRIO

Confira os dados do ato em: <https://selodigital.tjpb.jus.br> ou Consulte o Documento em: <https://azevedobastos.ncl.br/documento/49851805212990569981>
Autenticação Digital Código: 49851805212990569981-1
Data: 18/05/2021 16:38:45
Valor Total do Ato: R\$ 4,56
Selo Digital Tipo Normal C: ALN36582-LLVW;



CNJ: 06.870-0

Cartório Azevêdo Bastos
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145
Bairro dos Estados, João Pessoa - PB
(33) 3244-3404 - cartorio@azevedobastos.ncl.br
<https://azevedobastos.ncl.br>


Valder Azevêdo de M. Cavalcanti
Titular

TJPB



VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL	
REGISTRO 4153543-0	DATA DE 01/06/2016
TARLEY BATISTA BRUNET	
NOME	
MARIAGE	
JOSE TADEU BATISTA BRUNET	
NATURALIDADE	
MARIA GISELDA FERREIRA BRUNET	
ARAPIRACA - AL	
DATA DE NASCIMENTO	
22/01/1999	
CERTO MASC 106096 FLS 146 LIV A-91	
ARAPIRACA - AL	
1 VIA	
MARIA MADALENA CAMPOS DA SILVA	
LEI Nº 7.116 DE 29/08/83	

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
ESTADO DE ALAGOAS	
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA	
POLÍCIA OCIAL - P.O. AL	
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO GEL. MÁRIO PESSÔA DOS SANTOS	
	
Polegar Direito	
Tarley Batista Brunet	
CARTEIRA DE IDENTIDADE	

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DA PARAÍBA
CARTÓRIO AZEVEDO BASTOS
FUNDADO EM 1888
PRIMEIRO REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO E ÓBITOS E PRIVATIVO DE CASAMENTOS, INTERDIÇÕES E TUTELAS DA COMARCA DE JOÃO PESSOA

Av. Epitácio Pessoa, 1145 Bairro dos Estados 58030-00, João Pessoa PB
Tel.: (83) 3244-5404 / Fax: (83) 3244-5484
http://www.azevedobastos.not.br
E-mail: cartorio@azevedobastos.not.br



DECLARAÇÃO DE SERVIÇO DE AUTENTICAÇÃO DIGITAL

O Bel. Válber Azevêdo de Miranda Cavalcanti, Oficial do Primeiro Registro Civil de Nascimentos e Óbitos e Privativo de Casamentos, Interdições e Tutelas com atribuição de autenticar e reconhecer firmas da Comarca de João Pessoa Capital do Estado da Paraíba, em virtude de Lei, etc...

DECLARO ainda que, para garantir transparência e segurança jurídica de todos os atos oriundos da atividade Notarial e Registral no Estado da Paraíba, foi instituído pela Lei Nº 10.132, de 06 de novembro de 2013, a aplicação obrigatória de um Selo Digital de Fiscalização Extrajudicial em todos os atos de notas e registro, composto de um código único (por exemplo: Selo Digital: ABC12345-X1X2) e dessa forma, cada autenticação processada pela nossa Serventia pode ser verificada e confirmada tantas vezes quanto for necessário através do site do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, endereço <https://corregedoria.tjpb.jus.br/selo-digital/>.

A autenticação digital do documento faz prova de que, na data e hora em que ela foi realizada, a empresa CONSTRUTORA ALFA LTDA - EPP tinha posse de um documento com as mesmas características que foram reproduzidas na cópia autenticada, sendo da empresa CONSTRUTORA ALFA LTDA - EPP a responsabilidade, única e exclusiva, pela idoneidade do documento apresentado a este Cartório.

Nesse sentido, declaro que a CONSTRUTORA ALFA LTDA - EPP assumiu, nos termos do artigo 8º, §1º, do Decreto nº 10.278/2020, que regulamentou o artigo 3º, inciso X, da Lei Federal nº 13.874/2019 e o artigo 2º-A da Lei Federal 12.682/2012, a responsabilidade pelo processo de digitalização dos documentos físicos, garantindo perante este Cartório e terceiros, a sua autoria e integridade.

De acordo com o disposto no artigo 2º-A, §7º, da Lei Federal nº 12.682/2012, o documento em anexo, identificado individualmente em cada Código de Autenticação Digital* ou na referida sequência, poderá ser reproduzido em papel ou em qualquer outro meio físico.

Esta DECLARAÇÃO foi emitida em **18/05/2021 17:20:54 (hora local)** através do sistema de autenticação digital do Cartório Azevedo Bastos, de acordo com o Art. 1º, 10º e seus §§ 1º e 2º da MP 2200/2001, como também, o documento eletrônico autenticado contendo o Certificado Digital do titular do Cartório Azevedo Bastos, poderá ser solicitado diretamente a empresa CONSTRUTORA ALFA LTDA - EPP ou ao Cartório pelo endereço de e-mail autentica@azevedobastos.not.br Para informações mais detalhadas deste ato, acesse o site <https://autdigital.azevedobastos.not.br> e informe o Código de Autenticação Digital

Esta Declaração é válida por **tempo indeterminado** e está disponível para consulta em nosso site.

*Código de Autenticação Digital: 49851805212990569981-1

*Legislações Vigentes: Lei Federal nº 8.935/94, Lei Federal nº 10.406/2002, Medida Provisória nº 2200/2001, Lei Federal nº 13.105/2015, Lei Estadual nº 8.721/2008, Lei Estadual nº 10.132/2013, Provimento CGJ Nº 003/2014 e Provimento CNJ Nº 100/2020.

O referido é verdade, dou fé.

CHAVE DIGITAL

00005b1d734fd94f057f2d69fe6bc05b46792f58bc825c039cfdbc644af931dc395a967a25306a38b1ee14f569afdf0e1e131aa7e87ee626d2838eb90a56f747785ca71d2c85e3f3774baaf438c5c6eb



Presidência da República
Casa Civil
Medida Provisória Nº 2.200-2,
de 24 de agosto de 2001.

